**ESTADO DE SANTA CATARINA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
8º BBM - TUBARÃO**

BOLETIM INTERNO nº 008/2014

Publico para o conhecimento do Batalhão e devida execução o seguinte:

1ª PARTE – SERVIÇOS DIÁRIOS

Conforme escala de serviço arquivada no B-1 do 8º BBM.

2ª PARTE – INSTRUÇÃO

Sem alteração.

3ª PARTE – ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

I – ALTERAÇÕES DE OFICIAIS

VIAGEM À SERVIÇO:

Do Maj BM Mtcl 921527-1-01 **Gustavo** Eustáquio de Macedo Campos, do 8º BBM - Tubarão, para viajar a Cidade de Florianópolis, no dia 18/02/2014, em caráter de serviço, conforme nota nº 015-Cmdo 8º BBM-2014 - Autorização para viagem objeto de serviço.

II – ALTERAÇÕES DE SUBTENENTES E SARGENTOS

VISITA MÉDICA:

Do 3º Sgt BM Mtcl 920425-3-01 **José Carlos** de Souza, do 3º/2ª/8º BBM - Garopaba, compareceu a visita médica obtendo 03 (três) dias de Licença para Tratamento de Saúde, a contar do dia 07/02/2014, retornando ao serviço com restrição de esforço físico e serviço operacional por 30 (trinta) dias, a contar de 10/02/2014, conforme parecer do Maj. Med. PM Mtcl 919399-5 Antônio José Trombetta CRM-4686.

Transcrito do BI 006/2014/2ª/8º BBM – Imbituba.

APRESENTAÇÃO POLICIAL:

No dia 19/02/2014, às 17 horas, na Delegacia de Polícia Civil de Tubarão - SC, do 3º Sgt BM Mtcl 916982-2-01 **João** Batista Correa, do 2º/1º/1ª/8º BBM - Jaguaruna, afim de prestar depoimento, na qualidade de testemunha, conforme solicitação em ofício nº 280/MOM/2014, da Polícia Civil.

III – ALTERAÇÕES DE CABOS E SOLDADOS

APRESENTAÇÃO POLICIAL:

No dia 20/02/2014, às 14 horas, na Delegacia de Polícia Civil de Tubarão - SC, do Sd BM Mtcl 926020-0-01 **Ewerton** Diego de Medeiros e Sd BM Mtcl 929218-7-01 **Cleber** da Silva Cardoso, ambos do 1º/1ª/8º BBM - Tubarão, afim de prestar depoimento, na qualidade de testemunha, na qualidade de testemunha, conforme solicitação em ofício nº 280/MOM/2014, da Polícia Civil.

ADIANTAMENTO DE GOZO DE FÉRIAS :

Do Sd BM Mtcl 922801-2-01 Antônio Carlos **Sabino**, do 1º/2ª/8º BBM - Imbituba, 03 (três) dias de dispensa do serviço e expediente para desconto em férias, a contar de 12/02/2014, referente ao período aquisitivo de 01/01/2013 à 31/12/2013, para tratar de assuntos particulares.

Transcrito do BI 006/2014/2ª/8º BBM – Imbituba.

NÚPCIAS:

Do Sd BM Mtcl 929252-7 **Petterson** Lourenço da Silva, do 3º/2ª/8ºBBM – Garopaba, 08 (oito) dias, a contar do dia 10/02/2014, por ter contraído matrimônio com a Srta. Tamiris Américo Pacheco, conforme Certidão de Casamento matrícula 107284 01 55 2014 2 00033 298 0003393 86, do Cartório Albino, Imbituba - SC.

Transcrito do BI 006/2014/2ª/8º BBM – Imbituba.

LICENÇA ESPECIAL – CONCESSÃO:

Do Cb BM Mtcl 917701-9 João **Batista** de Souza, do 2º/2ª/8º BBM - Laguna, 01 (um) mês de gozo de Licença Especial, referente ao 2º mês do 3º quinquênio do período aquisitivo de 24/05/1998 à 23/05/2003, a contar de 15/02/2014.

Transcrito do BI 006/2014/2ª/8º BBM – Imbituba.

Do Cb BM Mtcl 350676-2 **Fábio** Claudino Ferreira, do 3º/2ª/8ºBBM – Garopaba, 01 (um) mês de gozo de Licença Especial, referente ao 1º período do 1º quinquênio, do período aquisitivo de 30/01/2006 à 29/01/2011, a contar de 15/02/2014.

Transcrito do BI 006/2014/2ª/8º BBM – Imbituba.

PORTARIAS

PORTARIA N.º 54/CBMSC/2014, de 07 de fevereiro de 2014.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo art. 90, da Lei nº 6.218/83, resolve **COLOCAR A DISPOSIÇÃO**, do Poder Executivo Municipal de Jaguaruna, o Soldado BM Matrícula 927753-6-01 **GREISON ROCHA BITENCOURT**, para Coordenação da Defesa Civil Municipal – COMDEC, com ônus para a origem, com efeitos a contar de 10 de fevereiro de 2014 até o dia 31 de dezembro de 2016.

4ª PARTE – JUSTIÇA E DISCIPLINA

I – ELOGIO:

À Sd BM Mtcl 931703-1-01 Débora **Margotti** de Pieri, do 1º/1ª/8º BBM - Tubarão, por ter doado sangue voluntariamente no Centro de Hematologia de Santa Catarina – HEMOSC – Tubarão – SC, do dia 19/02/2014.

Individual, averbe-se.

II – CASTIGO:

CANCELAMENTO DE PUNIÇÃO – DEFERIMENTO:

Defiro, de acordo com o Parecer nº 37– DiRH/DP, o cancelamento da punição (Detenção) de 14 de abril de 2009 do Cb BM Mtcl 927699-8 Rafael Pereira Silva, lotado no 3º/2ª/8º BBM, na cidade de Garopaba, por possuir a necessária guarida legal prevista no Art. 60 do Decreto nº 12.112, de 16 de setembro de 1980

Cel BM – MARCOS DE OLVEIRA
Comandante-Geral do CBMSC

(Conforme Requerimento de 21 de janeiro de 2014)

CLÁUDIO EDUARDO HOCHLEITNER – Ten Cel BM
Ch DiRH/DP/CBMSC (NB Nr 45-DP, de 06 Fev 14)

III – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR:**SOLUÇÃO DE QUEIXA:**

No firmado pelo Sd BM Mtcl 927712-9 **Tiago de Oliveira Florisbal**, do 1º/1ª/8º BBM - Tubarão, onde requer que esta Autoridade reconsidere o ato administrativo efetuado pelo Maj BM Cmt da 1ª/8º BBM, em Solução de Recurso Administrativo – Pedido de Reconsideração de Ato, publicado em Boletim Interno nº 007- 8º BBM, datado de 13 de Fevereiro de 2014, exarado ao Processo Administrativo Disciplinar nº 005-2014-8º BBM, em que é acusado da prática de transgressão disciplinar, e em face das informações levantadas, e com fundamento nos arts. 56 e 58 § 3º, do Decreto Estadual nº 12.112, de 16 de setembro de 1980 (Regulamento Disciplinar – R-3),

RESOLVO:

1. Receber o presente recurso por tempestivo em data de 17 de fevereiro de 2014;
2. Em decorrência do acusado Sd BM Tiago de Oliveira Florisbal, através de seu defensor constituído, Leonardo Reinaldo Duarte – OAB/SC 35.220, ter impetrado Ação de Mandado de Segurança, Autos nº 0303938-27.2014.8.24.0023, na Vara da Justiça Militar, Comarca da Capital, contra o Comandante do 8º Batalhão de Bombeiros Militar, anterior ao pedido de Recurso de Queixa, datado de 14/02/2014, em que requer a nulidade do Processo Administrativo Disciplinar nº 005-2014-8º BBM, por cerceamento de defesa;
3. Decido aguardar a notificação da Decisão a ser exarada pela Vara da Justiça Militar, nos Autos MS retro mencionado, para em seguida fundamentar e decidir o presente Recurso de Queixa, ora combatido pelo impetrante preventivamente na esfera judicial;
4. Ao B-1 do 8º BBM, publicar a presente solução provisória do Recurso de Queixa em Boletim Interno do Batalhão;
5. Oficie-se ao Sd BM Tiago de Oliveira Florisbal e seu defensor constituído, Leonardo Reinaldo Duarte – OAB/SC 35.220, no seguinte endereço: Rua Osvaldo Pinto da Veiga, nº 625, sala 101, Centro, Capivari de Baixo – SC, CEP: 88.745-000.

SOLUÇÃO:**SOLUÇÃO DO PAD Nº 001/8º BBM/2014**

No procedido pelo 2º Ten BM Mtcl 928771-0 André Corrêa de Araújo, em desfavor do Sd BM Mtcl 932434-8 Richard Fidelix Lorenzi, do 1º/1ª/8º BBM - Tubarão, em tese, por trabalhar mal quando na função de Guarda-vidas Militar, na praia de Dunas do Sul, município de Jaguaruna-SC, no mês de Dezembro de 2013, chegando atrasado para assumir o serviço no posto, bem como manter hábitos contrários ao bom costume, espionando mulheres e meninas menores de idade, além de possuir comportamento não condizente aos serviços de GV e do CBMSC, não demonstrando nenhum comprometimento para com a atividade que, e ainda por ter sido

surpreendido, através de foto anexa, jogando baralho com outros guarda-vidas civis no interior do Posto de Salvamento da praia de Dunas do Sul, no horário em que deveria estar coordenando o serviço de Guarda-vidas na praia, orientando e fiscalizando os banhistas, a fim de prevenir e atuar em caso de ocorrência de afogamento, comprometendo o bom andamento do serviço, deixando assim, de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições, na qualidade de bombeiro militar responsável pelo serviço, demonstrando total falta de atitude, correção, comprometimento e exemplo aos Guarda-vidas civis, para com o serviço BM, e assim, ter em tese, transgredido, os itens 07, 18, 20, 22, 37 e 60, do anexo I do Decreto nº 12.112, de 16 de setembro de 1980 (Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – R-3), conforme enumerado na Portaria nº 001-8º BBM, datada de 01 de Janeiro de 2014 e demais peças constantes nos Autos:

Resolvo:

1. Conhecer e concordar em parte com o parecer do encarregado do PAD, imputando ao Sd BM Mtcl 932434-8 Richard Fidelix Lorenzi, do 1º/1ª/8º BBM - Tubarão, a prática da infração disciplinar prevista nos itens 07 (deixar de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições), 20 (trabalhar mal, intencionalmente ou por falta de atenção, em qualquer serviço ou instrução) e 60 (tomar parte em jogos proibidos ou jogar a dinheiro os permitidos, em área policial militar ou em jurisdição policial militar), do Anexo I, do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - R-3, constante na Peça de Acusação.

Em análise aos Autos verifica-se:

a) em **sede preliminar, a inexistência prévia de Sindicância**, para apuração da veracidade das acusações.

Verifica-se no presente caso que a denúncia estava acompanhada de fotos identificando o acusado e demais guarda vidas civil, em jogo de cartas, dentro das instalações do Posto de Guarda Vidas, em trajes de serviço de guarda vidas, portanto, resta confirmada a participação dos Guarda Vidas em tela, em cometimento de transgressão disciplinar, dispensando a instauração de Sindicância.

No âmbito do Corpo de Bombeiros Militar a apuração de transgressões disciplinares, tem previsão na Portaria nº 114/2007, que regula a padronização dos Processos Administrativos Disciplinares, com a ampla defesa e o contraditório aos acusados, princípio constitucional este, não previsto na Sindicância.

Bem como, não há qualquer óbice de se instaurar o competente Processo Administrativo Disciplinar, atendendo o princípio da ampla defesa, bem como da economicidade e eficiência à Administração Pública.

Que a Ordem de Serviço nº 26/Comdo G/76 do CBMSC, citada pelo acusado, não se aplica ao Corpo de Bombeiros Militar, emancipada da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina em 2003, através da Emenda Constitucional nº 033.

Desta forma, **não acolho a tese de nulidade do presente processo administrativo disciplinar.**

b) Do prejudgamento.

Concordar que o Processo Administrativo Disciplinar é instaurado como mecanismo de apuração de suposto cometimento de transgressão e assim a autoridade processante deverá através de relato circunstanciado do fato imputado e respectivo(s) dispositivo(s) violado(s) no ANEXO I do RDPMSC, em caso de delegação de competência, coincidir com a Portaria de delegação; (ou anexar a peça acusatória, contendo **relato circunstanciado do fato e respectivo dispositivos no Anexo I do RDPMSC**).

Como cediço, a peça acusatória deverá conter relato circunstanciado do fato e dos respectivos dispositivos infringidos, constantes do Anexo I, do Decreto nº 12.112/80 –

Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, utilizado no âmbito do CBMSC, de acordo com Emenda Constitucional nº 033/2003 e Portaria nº 114/2007, do CBMSC.

Assim, **não há que prosperar a tese de prejulgamento da autoridade processante**, mas sim, como uma questão formal prevista na Portaria nº 114/2007, do CBMSC, para a garantia da mais ampla defesa e do contraditório, entendendo, portanto, em **não acolher a tese de nulidade do presente processo administrativo disciplinar**.

c) Da ausência de especificidade da acusação.

A defesa menciona que nenhuma das acusações descritas poderia ser enquadrada nos casos dos itens 07, 18 e 37, do Anexo I, do Regulamento Disciplinar do CBMSC R-3, pois as acusações não apontam a autoria no caso de deixar de cumprir norma regulamentar, não relata nenhuma ordem que foi recebida ou descumprida ou demonstra qual foi a medida contra irregularidade que deveria ter sido tomada, devendo ser considerada nula por não assegurar ao acusado o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Compulsando a Portaria acima descrita, verifica-se plenamente e visivelmente as acusações impostas contra o acusado e das quais deveria usar seu direito de defesa.

Helly Lopes Meirelles leciona que o processo disciplinar deve ser instaurado por meio de portaria da autoridade competente, “na qual se descrevam os atos ou fatos a apurar e se indiquem as infrações a serem punidas, (...)” (STF, MS 24.369/DF, decisão liminar, DJ de 4-10-2004; STJ – ROMS 1278/RJ, DJ de 5-4-1993).

A portaria deverá conter, além do preâmbulo, o nome do acusado, a exposição resumida do fato reprovável e sua classificação legal. (LESSA, Sebastião José. Do processo administrativo disciplinar e da sindicância: doutrina, jurisprudência e prática. 4. ed. rev. e atual. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

Que a peça inaugural, ou a Portaria deverá descrever todos os atos censuráveis, e em caso de surgirem novos fatos na instrução, ela deverá ser aditada, ou relacionados os fatos novos, para instauração de nova portaria.

Assim, a portaria de instauração do presente processo administrativo disciplinar descreve todos os fatos em que a defesa deverá se manifestar, como segue:

“por trabalhar mal quando na função de Guarda-vidas Militar, na praia de Dunas do Sul, município de Jaguaruna-SC, no mês de Dezembro de 2013, chegando atrasado para assumir o serviço no posto, bem como manter hábitos contrários ao bom costume, espionando mulheres e meninas menores de idade, além de possuir comportamento não condizente aos serviços de GV e do CBMSC, não demonstrando nenhum comprometimento para com a atividade que, e ainda por ter sido surpreendido, através de foto anexa, jogando baralho com outros guarda-vidas civis no interior do Posto de Salvamento da praia de Dunas do Sul, no horário em que deveria estar coordenando o serviço de Guarda-vidas na praia, orientando e fiscalizando os banhistas, a fim de prevenir e atuar em caso de ocorrência de afogamento, comprometendo o bom andamento do serviço, deixando assim, de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições, na qualidade de bombeiro militar responsável pelo serviço, demonstrando total falta de atitude, correção, comprometimento e exemplo aos Guarda-vidas civis, para com o serviço BM”.

E menciona os itens em tese, transgredidos.

7 – Deixar de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições;

18 – Não cumprir ordem recebida;

20 – Trabalhar mal, intencionalmente ou por falta de atenção, qualquer serviço ou instrução;

22 – Faltar ou chegar atrasado a qualquer ato de serviço em que deva tomar parte ou assistir;

37 – Deixar de providenciar a tempo, na esfera de suas atribuições, por negligência ou incúria, medidas contra qualquer irregularidade que venha a tomar conhecimento;

60 – Tomar parte em jogos proibidos ou jogar a dinheiro os permitidos, em área policial militar ou em jurisdição policial militar.

Portanto, **não há que prosperar a tese de ausência de especificidade da acusação**, e conseqüente cerceamento da defesa, assim, entendo, em **não acolher a tese de nulidade do presente processo administrativo disciplinar**.

No Mérito

Acatar a tese da defesa do acusado às imputações referente as transgressões constantes nos itens **18, 22, 37**, referente às imputações de chegar atrasado para assumir o serviço no posto, manter hábitos contrários ao bom costume, espionando mulheres e meninas menores de idade, além de possuir comportamento não condizente aos serviços de GV e do CBMSC, por **não haver prova da existência do fato**, uma vez que não há nos Autos provas nesse sentido.

Verifica-se que o denunciante se negou a prestar depoimento, nos Autos, assim, julgo **procedentes os pedidos**, entendendo que não houve transgressão disciplinar a punir para os itens acima apontados.

Porém, **decido** manter as imputações por trabalhar mal quando na função de Guarda-vidas Militar, na praia de Dunas do Sul, município de Jaguaruna-SC, no mês de Dezembro de 2013, estar jogando baralho com outros guarda-vidas civis no interior do Posto de Salvamento da praia de Dunas do Sul, no horário em que deveria estar coordenando o serviço de Guarda-vidas na praia, orientando e fiscalizando os banhistas, a fim de prevenir e atuar em caso de ocorrência de afogamento, comprometendo o bom andamento do serviço, deixando assim, de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições, na qualidade de bombeiro militar responsável pelo serviço, demonstrando total falta de atitude, correção, comprometimento e exemplo aos Guarda-vidas civis, para com o serviço BM, por restar provados nos autos a existência da participação do acusado nos fatos, itens 07, 20 e 60, do anexo I do Decreto nº 12.112, de 16 de setembro de 1980 (Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – R-3).

Restou comprovado pelos depoimentos colhidos aos Autos e foto, que o acusado, estava jogando baralho, no interior do Posto de Salvamento da praia de Dunas do Sul, no horário em que deveria estar coordenando o serviço de Guarda-vidas na praia.

Que em sua defesa o acusado cita que “acerca de ter jogado baralho durante o horário de trabalho a acusação não merece prosperar, visto que o jogo sucedeu rápido, no horário de intervalo dos jogadores”.

Cita também nas alegações finais que o jogo de cartas ocorreu apenas no horário de almoço.

Mesmo que o jogo de cartas ocorresse durante o horário de almoço dos jogadores, o acusado é sabedor que não poderia estar jogando dentro do posto, consoante o Manual do serviço de Guarda-vidas, sendo que o horário de serviço é compreendido entre as 08h até às 20h, com horário de intervalo apenas para almoço em local fora das dependências do posto, considerado uma instalação militar.

Ademais, resta alegado na defesa que o jogo estava ocorrendo em um dia chuvoso e frio, não tendo ninguém na praia, ou seja, o acusado reconheceu que estava jogando cartas com os guarda-vidas civis.

Que nos depoimentos dos guarda-vidas civis Marcus Alexandre Pereira e Diego Henrique Lemos, estes confirmaram que o Sd BM Lorenzi, estava no intervalo de almoço quando estava jogando cartas, porém, **o guarda-vidas Macalão não estava no seu horário de almoço e estava jogando cartas**.

Como se vê o acusado além de estar jogando cartas dentro do posto de guarda-vidas na praia, mesmo que no horário de almoço, permitiu que o guarda-vidas Macalão, não estando em seu horário de almoço, também jogasse baralho, ou seja, deixando de cumprir sua função de comandante de posto de guarda-vidas e único bombeiro militar, responsável pela disciplina no local.

Assim, deixou o acusado de exercer a liderança e chefia, bem como de cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições, na qualidade de comandante de posto de guarda-vidas, permitindo que o guarda-vidas civil de nome Macalão, desviasse a atenção para com a segurança dos banhistas e voltasse para a jogatina, acompanhado do mesmo.

Entende-se por local sujeito à administração militar, o recinto, o espaço físico, o prédio, o quartel e suas dependências, (...), quando estiverem sob o comando militar, que as Forças Armadas, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares administram. (Rossetto, Enio Luiz. Código penal militar comentado. 1ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012).

Assim, entende-se que o posto de guarda-vidas sob a administração do Corpo de Bombeiros Militar é considerado local sujeito às regras e deveres vigente no Corporação e assim sob a administração militar e como tal deve ser entendido para a execução do serviço.

Em observância ao disposto na Lei nº 6.218/83 (Estatuto da Polícia Militar), aplicável a todos os militares do Estado de Santa Catarina, por força do § 1º, do art. 53 da Emenda Constitucional nº 033, de 13 de junho de 2003, verifica-se no art. 29, o seguinte:

Art. 29 - O sentimento do dever, o pundonor Policial-militar e o decoro da classe impõe a cada um dos integrantes da Polícia Militar, conduta moral e profissional irrepreensível, com a observância dos seguintes preceitos de ética Policial-militar:

I - (...)

II - Exercer, com autoridade, eficiência e probidade às funções que lhe couberem em decorrência do cargo;

IV - Cumprir e fazer cumprir as Leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;

VII - Empregar as suas energias em benefício do serviço;

VIII - (...)

O Regulamento Disciplinar dos Militares Estaduais de Santa Catarina (Decreto Estadual nº 12.112/80 - R-3), aplicável a todos os militares do Estado de Santa Catarina, por força do § 1º, do art. 53 da Emenda Constitucional nº 033, de 13 de junho de 2003, em seu art. 10, assim expressa:

Art. 10 - Todo Policial-Militar que tiver conhecimento de um fato contrário à disciplina deverá participar ao seu chefe imediato, por escrito ou verbalmente. Neste último caso, deve confirmar a participação, por escrito, no prazo máximo de 48 horas.

Vejamos ainda a respeito do assunto em tela, o que dispõe o Decreto Estadual nº 12.112/80 – R-3:

Art. 6º A disciplina policial-militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo policial militar.

§ 1º São manifestações essenciais de disciplina:

1) a correção de atitudes;

(...)

5) a consciência das responsabilidades;

6) a rigorosa observância das prescrições regulamentares.

Por fim, **não reconhecer** dos pedidos de nulidade processual e arquivamento dos autos por inexistência de transgressão disciplinar.

3. Punir o acusado por trabalhar mal quando na função de Guarda-vidas Militar, na praia de Dunas do Sul, município de Jaguaruna-SC, no mês de Dezembro de 2013, estando jogando baralho com outros guarda-vidas civis no interior do Posto de Salvamento da praia de Dunas do Sul, no horário em que deveria estar coordenando o serviço de Guarda-vidas na praia, orientando e fiscalizando os banhistas, a fim de prevenir e atuar em caso de ocorrência de afogamento, comprometendo o bom andamento do serviço, deixando assim, de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições, na qualidade de bombeiro militar responsável pelo serviço, demonstrando total falta de atitude, correção, comprometimento e

exemplo aos guarda-vidas civis, para com o serviço BM, e assim, ter em tese, transgredido, os itens 07, 20 e 60, do anexo I do Decreto nº 12.112, de 16 de setembro de 1980 (Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – R-3), com a atenuante de nº 1 do Art. 17 e com a agravante de nº 2, 4, 5, do Art. 18, tudo do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – R-3, transgressão **Média. Fica Repreendido**. Permanece no Comportamento **Bom**.

Obs: Deixa-se de aplicar punição mais grave, em face, de ser a primeira punição do acusado, desde sua inclusão em 08 de abril de 2013.

4. Ao Cmt da 1ª/8º BBM, dar ciência ao acusado da presente Solução, retornando após os Autos para o Comando do 8º BBM;

5. Ao B-1, publicar em Boletim Interno do 8º BBM;

6. Arquivar no B-2 do 8º BBM.

SOLUÇÃO DO PAD Nº 002/8º BBM/2014

No procedido pelo 2º Ten BM Mtcl 928771-0 André Corrêa de Araújo, em desfavor do Sd BM Mtcl 932434-8 Richard Fidelix Lorenzi, do 1º/1ª/8º BBM - Tubarão, em tese, por trabalhar mal quando na função de Guarda-vidas Militar - GVM, na praia de Dunas do Sul, município de Jaguaruna-SC, no mês de Dezembro de 2013, por ter no dia 26 Dez 13, quando abordado pelo Maj BM Marcos Aurélio Barcelos, Sub Cmt do 8º BBM e Ronda de Praia no dia, não ter se apresentado de acordo com o previsto no Regulamento de Continências, adotado pelas instituições militares em Santa Catarina, teve sua apresentação e atenção advertida pelo referido Oficial BM, onde mais tarde veio a tomar conhecimento que o Sd BM Lorenzi, GVM, chamou-o de “babaca”, além de tecer outros comentários impróprios, ao Guarda-vidas civis, que estavam de serviço no posto na praia de Dunas do Sul, contra o Oficial Ronda de Praia e por ter sido flagrado, conforme vídeo (anexo), gravado no interior do posto, dançando “FUNK”, na presença de guarda vidas civis, comprovando a falta de zelo próprio e para com o serviço BM, evidenciando uma postura antiética, antiprofissional, contrário aos bons costumes, ao pundonor e aos deveres de bombeiro militar, não compatível com as funções exercidas por um bombeiro militar e em serviço, comprometendo desta forma o bom andamento do serviço, deixando assim, de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições, na qualidade de bombeiro militar responsável pelo serviço, demonstrando total falta de atitude, correção, comprometimento e exemplo aos Guarda-vidas civis, e para com o serviço BM, e assim, ter em tese, transgredido, os itens nº 07, 20, 41, 42, 85, 95 e 99 do anexo I e item 2, do art. 13, tudo do Decreto Estadual 12.112, de 16 de setembro de 1980 (Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Militar, R-3-BM), conforme enumerado na Portaria nº 002-8º BBM, datada de 01 de Janeiro de 2014 e demais peças constantes nos Autos:

Resolvo:

1. Conhecer e concordar **em parte** com o parecer do encarregado do PAD, imputando ao Sd BM Mtcl 932434-8 Richard Fidelix Lorenzi, do 1º/1ª/8º BBM - Tubarão, a prática da infração disciplinar prevista nos itens 07 (deixar de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições), 20 (trabalhar mal, intencionalmente ou por falta de atenção, em qualquer serviço ou instrução), 41 (ter pouco cuidado com o asseio próprio ou coletivo, em qualquer circunstância) e item 2, do art. 13, tudo, do Anexo I, do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - R-3, constante na Peça de Acusação.

Em análise aos Autos verifica-se:

a) em **sede preliminar, a inexistência prévia de Sindicância**, para apuração da veracidade das acusações.

Verifica-se no presente caso que a denúncia estava acompanhada de vídeo identificando o acusado e outros guarda vidas civil, em **dança “funk”** dentro das instalações do Posto de Guarda

Vidas, em trajes de serviço de guarda vidas, portanto, resta confirmada a participação dos Guarda Vidas Militar e Civis em tela, em cometimento de transgressão disciplinar, dispensando a instauração de Sindicância.

No âmbito do Corpo de Bombeiros Militar para apuração de transgressões disciplinares, encontra-se previsto na Portaria nº 114/2007, que regula a padronização dos Processos Administrativos Disciplinares, oportunizando a ampla defesa e o contraditório aos acusados, princípio constitucional este, não previsto na Sindicância.

Bem como, não há qualquer óbice de se instaurar o competente Processo Administrativo Disciplinar, atendendo o princípio da ampla defesa, bem como da economicidade e eficiência.

Que a Ordem de Serviço nº 26/Comdo G/76 do CBMSC, citada pelo acusado, não se aplica ao Corpo de Bombeiros Militar, emancipada da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina em 2003.

Desta forma, **não acolho a tese de nulidade do presente processo administrativo disciplinar.**

b) Do prejudgamento.

Concordar que o Processo Administrativo Disciplinar é instaurado como mecanismo de apuração de suposto cometimento de transgressão e assim a autoridade processante deverá através de relato circunstanciado do fato imputado e respectivo(s) dispositivo(s) violado(s) no ANEXO I do RDPMSC, em caso de delegação de competência, coincidir com a Portaria de delegação; (ou anexar a peça acusatória, contendo **relato circunstanciado do fato e respectivo dispositivos no Anexo I do RDPMSC**).

Como vemos, a peça acusatória deverá conter relato circunstanciado do fato e dos respectivos dispositivos infringidos, constantes do Anexo I, do Decreto nº 12.112/80 – Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, utilizado no âmbito do CBMSC, de acordo com Emenda Constitucional nº 033/2003 e Portaria nº 114/2007, do CBMSC.

Assim, **não há que prosperar a tese de prejudgamento da autoridade processante**, mas sim, como uma questão formal prevista na Portaria nº 114/2007, do CBMSC, entendendo, portanto, em **não acolher a tese de nulidade do presente processo administrativo disciplinar.**

c) Da ausência de especificidade da acusação e da inépcia da Portaria Acusatória.

A defesa menciona que nenhuma das acusações descritas poderia ser enquadrada nos casos dos itens 07 e 41, do Anexo I, do Regulamento Disciplinar do CBMSC R-3, pois as acusações não apontam nenhum caso de deixar de cumprir norma regulamentar ou de falta de asseio próprio ou coletivo, devendo ser considerada nula por não assegurar ao acusado o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Compulsando a Portaria acima descrita, verificam-se plenamente e visivelmente as acusações impostas contra o acusado e das quais deveria usar seu direito de defesa.

Helly Lopes Meirelles leciona que o processo disciplinar deve ser instaurado por meio de portaria da autoridade competente, “na qual se descrevam os atos ou fatos a apurar e se indiquem as infrações a serem punidas, (...)” (STF, MS 24.369/DF, decisão liminar, DJ de 4-10-2004; STJ – ROMS 1278/RJ, DJ de 5-4-1993).

A portaria deverá conter, além do preâmbulo, o nome do acusado, a exposição resumida do fato reprovável e sua classificação legal. (LESSA, Sebastião José. Do processo administrativo disciplinar e da sindicância: doutrina, jurisprudência e prática. 4. ed. rev. e atual. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

Que a peça inaugural, ou a Portaria deverá descrever todos os atos censuráveis, e em caso de surgirem novos fatos na instrução, ela deverá ser aditada, ou relacionados os fatos novos, para instauração de nova portaria.

Assim, a portaria de instauração do presente processo administrativo disciplinar descreve todos os fatos em que a defesa deverá se manifestar, como segue:

“por trabalhar mal quando na função de Guarda-vidas Militar - GVM, na praia de Dunas do Sul, município de Jaguaruna-SC, no mês de Dezembro de 2013, por ter no dia 26 Dez 13, quando abordado pelo Maj BM Marcos Aurélio Barcelos, Sub Cmt do 8º BBM e Ronda de Praia no dia, não ter se apresentado de acordo com o previsto no Regulamento de Continências, adotado pelas instituições militares em Santa Catarina, teve sua apresentação e atenção advertida pelo referido Oficial BM, onde mais tarde veio a tomar conhecimento que o Sd BM Lorenzi, GVM, chamou-o de “babaca”, além de tecer outros comentários impróprios, ao Guarda-vidas civis, que estavam de serviço no posto na praia de Dunas do Sul, contra o Oficial Ronda de Praia e por ter sido flagrado, conforme vídeo (anexo), gravado no interior do posto, dançando “FUNK”, na presença de Guarda vidas civis, comprovando a falta de zelo próprio e para com o serviço BM, evidenciando uma postura antiética, antiprofissional, contrário aos bons costumes, ao pundonor e aos deveres de bombeiro militar, não compatível com as funções exercidas por um bombeiro militar e em serviço, comprometendo desta forma o bom andamento do serviço, deixando assim, de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições, na qualidade de bombeiro militar responsável pelo serviço, demonstrando total falta de atitude, correção, comprometimento e exemplo aos Guarda-vidas civis, e para com o serviço BM”.

E menciona os itens em tese, transgredidos.

- 7 – Deixar de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições;
- 20 – Trabalhar mal, intencionalmente ou por falta de atenção, qualquer serviço ou instrução;
- 41 – Ter pouco cuidado com o asseio próprio ou coletivo, em qualquer circunstância;
- 42 – Portar-se sem compostura em lugar público;
- 85 – Não se apresentar a superior hierárquico ou de sua presença retirar-se, sem obediência as normas regulamentares;
- 95 – Censurar ato de superior ou procurar desconsiderá-lo;
- 99 – Ofender a moral por atos, gestos ou palavras.

E ainda o item 2, do art. 13, tudo do Decreto Estadual 12.112, de 16 de setembro de 1980 (Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Militar, R-3-BM).

Cia ainda a defesa o art. 29, da Portaria nº 009, do RPAD “A autoridade processante formulará o libelo acusatório, por escrito, expondo o fato, com suficiente especificidade de modo a delimitar o objeto da controvérsia e a permitir a plenitude da defesa, a fim de evitar a nulidade do processo, diante da imprecisa qualificação do fato e sua ocorrência no tempo e no espaço.”

Diante do exposto acima, passo a expor que os Processos Administrativos Disciplinares, instaurados e elaborados no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, não são pautados pela Portaria nº 009-PMSC-2001, valendo apenas para o efetivo da Polícia Militar do Estado.

Que a Portaria nº 114/CBMSC/2007, de 12 de junho de 2007, em seu art. 4º, expressamente informa que “não se aplica ao Corpo de Bombeiros Militar, a Portaria nº 009/PMSC/2001”.

Que a Portaria nº 114/CBMSC/2007, não traz em seu bojo as sanções relativas às transgressões disciplinadas, determinando sim, a adoção, para cumprimento na Corporação, das normas contidas no Decreto Estadual nº 12.112, de 16 de setembro de 1980, como sendo o Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – R-3, que traz a relação de transgressões disciplinares, em seu anexo I.

Portanto, **não há que prosperar a tese de ausência de especificidade da acusação**, e conseqüente cerceamento da defesa, assim, entendendo, em **não acolher a tese de nulidade do presente processo administrativo disciplinar**.

No Mérito

Em referência a tese de que o acusado se encontra em bom comportamento e que nunca fora acusado de trabalhar mal, tem-se a mencionar que o mesmo foi incluído nas fileiras da Corporação em 08/04/2013, permanecendo em curso, na condição de aluno até o fim do mês de

novembro, só então no início de dezembro, o acusado foi transferido para este Batalhão de Bombeiros Militar.

E a comunicação, em tese, de cometimento de transgressões disciplinares ocorreu no final do mês de dezembro, ou seja, menos de 01 (um) mês da formatura que o habilitou para o serviço ativo do CBMSC.

Quanto a alegação a defesa de que “outros guarda-vidas militares também não realizaram a apresentação para o Major, apenas quando este solicitou, assim como aconteceu com o acusado”, vale registrar que o acusado exercia a função de comandante de posto de guarda-vidas, ou seja, era o único bombeiro militar no local, sendo que os demais guarda-vidas eram civis, contratados por tempo determinado para prestarem serviços no CBMSC, não sendo instruídos quanto aos procedimentos do Regulamento de Continências.

Deixa-se claro que a prestação irregular da continência não foi objeto de apuração no presente Processo Administrativo Disciplinar e sim os comentários posteriores, em tese, proferidos pelo acusado.

Acatar em parte a tese da defesa do acusado e entender do não cometimento às imputações referente as transgressões constantes nos itens **42, 85, 95 e 99**, referente às imputações anotadas no dia 26 Dez 13, quando abordado pelo Maj BM Marcos Aurélio Barcelos, Sub Cmt do 8º BBM e Ronda de Praia no dia, não ter se apresentado de acordo com o previsto no Regulamento de Continências, adotado pelas instituições militares em Santa Catarina, teve sua apresentação e atenção advertida pelo referido Oficial BM, onde mais tarde veio a tomar conhecimento que o Sd BM Lorenzi, GVM, chamou-o de “babaca”, além de tecer outros comentários impróprios, ao Guarda-vidas civis, que estavam de serviço no posto na praia de Dunas do Sul, contra o Oficial Ronda de Praia, por **não haver prova da existência do fato**, uma vez que não há nos Autos provas nesse sentido, onde o denunciante se negou a prestar depoimento, assim, julgo **procedentes os pedidos**, entendendo que não houve transgressão disciplinar a punir para os itens acima apontados.

Porém, decido manter as imputações por trabalhar mal quando na função de Guarda-vidas Militar, na praia de Dunas do Sul, município de Jaguaruna-SC, no mês de Dezembro de 2013, por ter sido flagrado, conforme vídeo (anexo), gravado no interior do posto, dançando “FUNK”, na presença de Guarda-vidas civis, comprovando a falta de zelo próprio e para com o serviço BM, evidenciando uma postura antiprofissional, contrário ao pundonor e aos deveres de bombeiro militar, não compatível com as funções exercidas por um militar em serviço, deixando assim, de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições, na qualidade de bombeiro militar comandante e responsável pelo serviço, demonstrando total falta de atitude, correção, comprometimento e exemplo aos Guarda-vidas civis, e para com o serviço BM, itens 07, 20 e 41, do anexo I e item 2, do art. 13, tudo do Decreto Estadual 12.112, de 16 de setembro de 1980 (Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Militar, R-3-BM).

Restou comprovado pelos depoimentos colhidos aos Autos e vídeo, que o acusado, estava dançando “funk”, no interior do Posto de Salvamento da praia de Dunas do Sul, no horário em que deveria estar coordenando o serviço de Guarda-vidas na praia.

Que em sua defesa o acusado cita que “acerca de ter dançado “funk”, na presença de guarda-vidas civis durante o horário de trabalho a acusação não merece prosperar, visto que a dança ocorreu em um dia chuvoso e frio, que não tinha ninguém na praia, o acusado foi instigado pelo GVC Macalão para dançar”.

Que o GVC Macalão colocou algumas músicas no seu aparelho de som e começou a dançar junto com os outros GVCs.

Cita também nas alegações finais que a dança “funk” e sua gravação ocorreu no horário de almoço.

Mesmo que a dança “funk” tivesse ocorrido em horário de almoço, o acusado é sabedor que o horário de serviço é compreendido entre as 08h até às 20h, com horário de intervalo apenas para almoço em local fora das dependências do posto, considerado uma instalação militar.

Ademais, ficou comprovado na defesa que a dança “funk” ocorreu em um dia chuvoso e frio, não tendo ninguém na praia, ou seja, o acusado reconheceu que estava efetivamente dançando “funk” com os guarda-vidas civis.

Que nos depoimentos dos guarda-vidas civis Marcus Alexandre Pereira e Diego Henrique Lemos, estes não se lembram do horário em que o Sd BM Lorenzi, estava dançando “funk”.

Agindo, assim, deixou o acusado de exercer a liderança e chefia, bem como de cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições, na qualidade de comandante de posto de guarda-vidas, permitindo que os guarda-vidas civis e ele próprio, desviassem a atenção para com a segurança dos banhistas.

Entende-se por local sujeito à administração militar, o recinto, o espaço físico, o prédio, o quartel e suas dependências, eventualmente, o avião e o navio, quando estiverem sob o comando militar, que as Forças Armadas, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares administram. (Rossetto, Enio Luiz. Código penal militar comentado. 1ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012).

Assim, entende-se que o posto de guarda-vidas sob a administração do Corpo de Bombeiros Militar é considerado local sujeito às regras e deveres vigente no Corpo de Bombeiros Militar e assim sob a administração militar e como tal deve ser entendido para a execução do serviço.

Em observância ao disposto na Lei nº 6.218/83 (Estatuto da Polícia Militar), aplicável a todos os militares do Estado de Santa Catarina, por força do § 1º, do art. 53 da Emenda Constitucional nº 033, de 13 de junho de 2003, verifica-se no art. 29, o seguinte:

Art. 29 - O sentimento do dever, o pundonor Policial-militar e o decoro da classe impõe a cada um dos integrantes da Polícia Militar, conduta moral e profissional irrepreensível, com a observância dos seguintes preceitos de ética Policial-militar:

I - (...)

II - Exercer, com autoridade, eficiência e probidade às funções que lhe couberem em decorrência do cargo;

IV - Cumprir e fazer cumprir as Leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;

VII - Empregar as suas energias em benefício do serviço;

VIII - (...)

O Regulamento Disciplinar dos Militares Estaduais de Santa Catarina (Decreto Estadual nº 12.112/80 - R-3), aplicável a todos os militares do Estado de Santa Catarina, por força do § 1º, do art. 53 da Emenda Constitucional nº 033, de 13 de junho de 2003, em seu art. 10, assim expressa:

Art. 10 - Todo Policial-Militar que tiver conhecimento de um fato contrário à disciplina deverá participar ao seu chefe imediato, por escrito ou verbalmente. Neste último caso, deve confirmar a participação, por escrito, no prazo máximo de 48 horas.

Vejamos ainda a respeito do assunto em tela, o que dispõe o Decreto Estadual nº 12.112/80 – R-3:

Art. 6º A disciplina policial-militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo policial militar.

§ 1º São manifestações essenciais de disciplina:

1) a correção de atitudes;

(...)

5) a consciência das responsabilidades;

6) a rigorosa observância das prescrições regulamentares.

Por fim, **não reconhecer** dos pedidos de nulidade processual e arquivamento dos autos por inexistência de transgressão disciplinar.

3. Punir o acusado por trabalhar mal quando na função de Guarda-vidas Militar, na praia de Dunas do Sul, município de Jaguaruna-SC, no mês de Dezembro de 2013, por ter sido flagrado, conforme vídeo (anexo), gravado no interior do posto, dançando “FUNK”, na presença de Guarda-vidas civis, comprovando a falta de zelo próprio e para com o serviço BM, evidenciando uma postura antiprofissional, contrário ao pundonor e aos deveres de bombeiro militar, não compatível com as funções exercidas por um militar em serviço, deixando assim, de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições, na qualidade de bombeiro militar comandante e responsável pelo serviço no posto de salvamento, demonstrando total falta de atitude, correção, comprometimento e exemplo aos Guarda-vidas civis, e para com o serviço BM, e assim, em tese, transgredido os itens 07, 20 e 41, do anexo I e item 2, do art. 13, tudo do Decreto Estadual 12.112, de 16 de setembro de 1980 (Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Militar, R-3-BM), com a atenuante de nº 1 do Art. 17 e com a agravante de nº 2, 4, 5, do Art. 18, tudo do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – R-3, transgressão **Média. Fica Detido por 24 horas.** Permanece no Comportamento **Bom.**

3. Ao Cmt da 1ª/8º BBM, dar ciência ao acusado da presente Solução, retornando após os Autos para o Comando do 8º BBM;

4. Ao B-1, publicar em Boletim Interno do 8º BBM;

5. Arquivar no B-2 do 8º BBM.

IV – INQUÉRITO POLICIAL MILITAR:

SOLUÇÃO:

SOLUÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL MILITAR (Nº 023-13-CBMSC)

Pelas conclusões a que chegou o Cap BM Mtcl 926742-5 Diogo de Souza Clarindo, Encarregado do Inquérito Policial Militar nº 023-13-CBMSC, procedido através da Portaria nº 026-8º BBM, de 19 de dezembro de 2013, a fim de apurar o teor da Nota nº 219-13-83cmdo: Comunicação de fato, e anexos, datada de 09 de dezembro de 2013, onde o 1º Sgt BM Aquilson Fernandes Machado, Comandante do GBM de Armazém, comunicou que no dia 04/12/13, ao assumir o serviço operacional extraordinário, por volta das 08h, foi comunicado pelo Sd BM Mtcl 922994-9 Luciano Costa Flores, Chefe de Socorro ao GBM, do dia 03 para 04/12/13, a falta de 01 HT de propriedade e em carga no CBMSC, sob PIM nº 013574, quando esse assumiu o serviço, no período matutino, sendo o Chefe de Socorro do dia 02 para 03/12/13, o Sd BM Mtcl 923714-3 Eron Flores, que consultado sobre o paradeiro, extravio do HT, informou não ter notado sua falta durante a execução do serviço. Que após várias buscas no interior e exterior da sede do GBM de Armazém, locais onde foram atendidas ocorrências no período, feito contato com a Delegacia de Polícia Civil, Polícia Militar e outros órgãos públicos, o referido aparelho não foi localizado, assim, após analisar o constante dos autos, concluo que, em tese, **não há indícios de crime militar** cometido pelos Sd BM Mtcl 923714-3 Eron Flores e Sd BM Mtcl 922994-9 Luciano Costa Flores, ambos do 3º/1º/3ª/8º BBM – Armazém, porém, há indícios de cometimento de transgressão disciplinar, pelo que **RESOLVO:**

1. Homologar as conclusões do Encarregado do IPM;

2. Determinar ao B-1 do 8º BBM:

2.1 Que remeta os presentes autos à Justiça Militar do Estado de Santa Catarina, para as providências de estilo;

2.2 Que remeta cópia do Relatório e desta Solução à Corregedoria Geral do CBMSC;

2.3 Que providencie cópia dos autos e elabore as Portarias de Processos Administrativo Disciplinar em desfavor do Sd BM Mtcl 923714-3 Eron Flores e Sd BM Mtcl 922994-9 Luciano Costa Flores, designando o 3º Sgt BM Mtcl 927151-1 Pedro Mendonça Martins Júnior, como Autoridade Processante nos respectivos PADs;

2.4 Publicar a presente Solução em BI do 8º BBM;

3. Ao B-4 do 8º BBM, encaminhar cópia do Relatório e desta Solução à Diretoria de Logística e Finanças, para controle e descarga do HT sob PIM nº 013574, em carga na Divisão de Tecnologia e Informática – DiTI;

4. Arquivar cópia dos Autos e desta Solução na 2ª Seção do 8º BBM.

Quartel em Tubarão – SC, em 20 de fevereiro de 2014.

Assina: _____
DJALMA ALVES - Ten Cel BM
Cmt do 8º BBM